



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

Assunto da Reunião:
Reunião Comitê Regional SIGEP - Período MAIO/2020
Data da Reunião:
07 e 08/05/2020
Local da Reunião:
Videoconferência Google Meet

Participantes

Nome	Unidade / Entidade	Assinatura
Neiara São Thiago Cysne Frota	Diretoria-Geral	
Luiz Carlos Machado	Divisão de Informações Funcionais	
Joarez Dallago	Secretaria de Tecnologia da Informação	
Francisco Jonathan Rebouças Maia	Divisão de Desenvolvimento de Sistemas	
José Mario Viana Barbosa Junior	Divisão de Desenvolvimento de Sistemas	
Ruthenio Bezerra do Carmo	Divisão de Informações Funcionais	

Assuntos e Deliberações

Tópico 1
A reunião teve início com a análise do Relatório de Fatos Apurados (Auditoria no Programa Sigep-JT, com enfoque na implantação do sistema no TRT da 20ª Região) apresentada pelo Joarez, com destaque para os seguintes itens:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

- **Página do Comitê SIGEP no portal da Internet:** Joarez sugeriu que as atas, calendários e demais informações dos comitês regionais sigam o mesmo padrão do que está sendo desenvolvido para o SIGEP, conforme chamado S-47555 aberto pelo Luiz Carlos. Joarez, Jonathan e Mário concluíram que em função da grande demanda atual proveniente das Unidades do Regional, em especial as da área judiciária, a página dos demais sistemas será ajustada posteriormente, mediante chamados a serem abertos pelos coordenadores dos comitês.

- **Homologação de versões do SIGEP:** a auditoria na 20ª Região apontou que o sistema não estava na última versão em produção. Joarez identificou que tal fato está ocorrendo na 7ª Região. Atualmente estamos na versão 1.18, enquanto que as versões 1.19 e 1.20 já foram liberadas nacionalmente. Mário justificou que o atraso se deve às demandas paralelas que surgiram, tais como a DIRF, RAIS e a mudança da tabela de afastamentos ocorrida na versão 1.16.1 que obrigou a equipe de TI a trabalhar por mais de um mês realizando ajustes em sistemas legados. A meta a ser perseguida é colocar as novas versões em produção no menor prazo possível, dando sempre prioridade a esse tipo de tarefa a partir de então. Luiz Carlos sugeriu atualizar a CCAUD quando houver a implantação de novas versões, até a vinda dos auditores ao Regional prevista para Agosto. Ruthenio solicitou que a versão 1.19 fosse disponibilizada no ambiente de homologação. Mário e Jonathan afirmaram que não seria possível de imediato, no dia da reunião, em virtude do grande número de demandas em execução pela equipe de Desenvolvimento, mas que a atualização já será a próxima prioridade. Joarez pediu que na documentação a ser enviada à CCAUD até o dia 20/05 seja apresentada justificativa sobre o atraso na implantação das versões.

- **Processo de homologação:** Joarez mencionou a necessidade de se criar um processo de homologação de versões dos módulos e considera pouco provável que isso possa ser feito, tão somente, pelo comitê. Mário afirmou que o processo de homologação do módulo principal já existe, informalmente, e vem sendo realizado por Ruthenio e Luiz Carlos. Igual procedimento ocorre com o módulo folhawebe, no qual os técnicos de folha, Davi, Érica e Daniel participam ativamente das homologações. Mário citou ainda dificuldades com a homologação de novas versões do módulo EJUD pela falta de retorno dos usuários sobre os resultados obtidos com uso da versão disponibilizada em produção. Igual situação ocorre com o módulo PROJECOM com a falta de retorno da Secretaria de Gestão de Pessoas sobre a versão disponibilizada em homologação. Joarez sugeriu alterar a composição do comitê, incluindo servidores que trabalhem em atividades operacionais para atuarem no processo de homologação. Mário lembrou que recentemente houve a suspensão da atualização de versão do módulo principal por determinação da diretoria geral, face à necessidade de se enviar informações ao CSJT disponíveis na base de dados do SIGEP e FOLHAWEB, evidenciando-se com isso, a necessidade do comitê ser composto por gestores das áreas estratégicas para as tomadas de decisões sobre a implantação das versões. Joarez sugeriu que as homologações ocorram de forma semelhante ao PJe. Luiz Carlos afirmou que com base na RDI 20/2020, o Comitê Regional do SIGEP não deve se ater apenas ao módulo principal do sistema, mas a todos os demais sistemas nacionais que tenham relação com a gestão de pessoas dos Tribunais. Afirmou ainda que faz parte do GNN - Módulo Principal e que tem observado que as demandas de manutenções corretivas e evolutivas dos outros Regionais são cadastradas tanto por servidores que



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

operam o sistema, como por gestores de Unidades. Joarez chamou a atenção para a necessidade de se definir quem são os gestores responsáveis por cada módulo do programa SIGEP. Para tanto será necessário que a Diretora Geral, coordenadora do Comitê, indique tais gestores. Luiz Carlos afirmou que a responsabilidade pelo módulo principal do SIGEP, o autoatendimento, o esocial e de Gestão de Estágio podem ficar sob a responsabilidade da DIF. A Pasta Funcional deve ficar sob a responsabilidade do Comitê Gestor do PROAD, uma vez que esse módulo está integrado a esse sistema. Já os demais módulos, tais como PROGECOM, Sistema de Saúde (SIGS), Sistema de Gestão da Escola (EJUD), Folhaweб e Pagamento de passivos precisam ter gestores indicados pelo Comitê para que haja maior efetividade no processo de implantação, migração de dados, treinamento e homologação de versões. Mário frisou que os únicos sistemas que executam tais procedimentos são o SIGEP (Módulo Principal) e o Folha Web. Os demais módulos do programa SIGEP-JT estão “parados”. Luiz Carlos informou que participou, na condição de membro do GNN-Módulo Principal, de uma reunião com integrantes do GNN-SIGS e teve a impressão de que para esse grupo, o sistema SIGS já poderia estar sendo utilizado pelos Regionais. Mário mencionou item da RDI 020/2020 referente aos questionamentos sobre os módulos do programa SIGEP que já deveriam estar sendo utilizados. Joarez afirmou que dentre os módulos citados, o de Passivo de folha ainda não foi sequer homologado pelo comitê nacional. O de auto-atendimento também não foi liberado em produção, conforme consta na ata da primeira reunião do comitê nacional do SIGEP em 2020. Já o conector do e-social também não foi liberado em produção, conforme consta, também, da mencionada ata.

Treinamento da equipe de sustentação: detectou-se que a equipe de sustentação do sistema, envolvendo área de negócio e TI está devidamente capacitada para atuar no módulo principal do SIGEP e no folhaweб. Para os demais módulos não houve capacitação suficiente até o momento. Ruthenio informou que o pessoal que utiliza o módulo principal para dar entrada em informação cadastral se encontra devidamente capacitado. O problema é com relação ao pessoal de áreas como Secretaria de Controle Interno que utiliza o sistema apenas para consulta e demandam muitas ligações à Seção de Apoio aos Sistemas de Gestão de Pessoas, da qual é coordenador. Ruthenio sugeriu e foi acatado por todos, a produção de vídeos explicativos a serem elaborados com o Google Meet. Joarez sugeriu que os vídeos sejam armazenados num repositório de rede para serem acessados por todos os servidores, como fonte de capacitação contínua.

Plano Nacional de Rubricas: na auditoria da 20ª Região foi detectado que a criação das rubricas regionais não foi comunicada ao comitê nacional de rubricas. Luiz Carlos sugeriu a inclusão da Ana Cristina, diretora da folha, no Comitê Regional. O comitê sugere que a recomendação feita ao TRT 20 seja repassada à Diretora da Folha através do encaminhamento desta ata e do Relatório da Auditoria do Regional mencionado.

Folha de pagamentos: o comitê sugere que a Diretora da Folha, Ana Cristina, tome conhecimento dos achados de auditoria constantes do respectivo Relatório. O comitê observou que a auditoria deu destaque aos cálculos envolvendo as férias e a GECJ. Mário destacou que a Corregedoria não utiliza o módulo de designação do SIGEP e continua utilizando o SGM, haja visto os usuários daquela Unidade terem detectado falhas nas funcionalidade deste módulo do SIGEP. Tais falhas foram



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

também identificadas pela equipe de desenvolvimento de TI. Jonathan mencionou o desenvolvimento de um novo módulo de designação de magistrados pelo TRT-03, o qual ainda não foi concluído. Mário explicou que o Folhawebe calcula a substituição de juizes com base nos dados do módulo de designação do SIGEP, que são migrados do SGM. Joarez destacou que a Divisão de Pagamentos deve verificar se essa gratificação está sendo paga em conformidade com o Ato do Tribunal, haja vista que na 20ª Região a CCAUD analisou detalhadamente esta vantagem. Recomenda-se, também, verificar se há pensionista alimentício figurando como dependente de servidor, fato detectado no TRT-20 pela CCAUD.

- **Aprovação da implantação pelo Comitê Executivo Nacional:** Mário questionou se houve aprovação pelo comitê executivo nacional sobre a implantação do SIGEP no Regional. O grupo chegou à conclusão que a resposta a essa questão a ser prestada na RDI 20/2020 deve ser negativa. A resposta deve ser não, devido à ausência de documento formal sobre a implantação. Observou-se que houve, à época, apenas notícias veiculadas no âmbito do TRT e do CSJT, além de trocas de mensagens com integrantes do comitê nacional do SIGEP.

- **Justificativa sobre o não uso do PROGECOM e EJUD:** Mário pediu a sugestão do comitê sobre as questões 21 e 22 da RDI 020/2020 que solicitam justificativas pelo não uso desses sistemas. Considerando que o EJUD já se encontra no ambiente de produção para a Escola Judicial e o PROGECOM em homologação pela SGPe, Joarez afirmou e o grupo concordou que há necessidade do Comitê deliberar pela indicação formal de gestores responsáveis pelas atividades necessárias à implantação, homologação, capacitação, migração de dados e implantação de novas versões desses módulos, conforme ocorre com os módulos principal e folhawebe. O grupo reunido sugeriu que a deliberação sobre os responsáveis pelos módulos deve ser de iniciativa da Diretora Geral, coordenadora do comitê

- **eSocial:** Joarez informou que participará de reunião do Comitê Nacional amanhã e buscará informações sobre a data de liberação do conector/extrator para podermos colocar o módulo em homologação, haja vista que os eventos iniciais do esocial deverão ser enviados pelos órgãos públicos federais já no mês de setembro/2020.

- **Ejud:** Joarez informou que devido à mudança da gestão da Escola de Magistratura do CSJT, houve solicitação de mudança do sistema pela nova administração, conforme informação prestada durante a última reunião do Comitê Nacional do SIGEP pela Diretora de Informática do TRT-24, responsável pelo desenvolvimento/manutenção do módulo. Há, inclusive, possibilidade de se ter que desenvolver um novo sistema para atender aos novos requisitos.

- **Projecom:** Mário informou que foi detectada falha de segurança no sistema pela Divisão de Infraestrutura de TI, configurando-se mais um dos motivos para a não liberação do sistema em produção.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

- **Autoatendimento:** Joarez informou que de acordo com a última reunião do comitê gestor nacional o sistema somente estará disponível para homologação/implementação pelos Regionais, a partir de Junho/2020.

- **Questões 21 a 23 da RDI:** serão respondidas pela STI. No que se refere ao PROJECOM será informado que não foi colocado em produção por falha de segurança detectada e o Ejud, apesar de se encontrar em ambiente de produção não é utilizado na prática, devido ao usuário final não ter demonstrado interesse pelo seu uso, possivelmente por falhas nas especificações mencionadas no item anterior.

- **SIGEP v.2.0:** Joarez informou que foi apresentado na reunião do comitê nacional a primeira entrega do módulo principal em JAVA. A meta do CJST é concluir o desenvolvimento em um ano, porém a situação atual causada pela crise da covid-19 poderá atrasar as demais entregas do projeto.

Tópico 2

REUNIÃO COM A COORDENADORA DO COMITÊ REGIONAL DO PROGRAMA SIGEP-JT

Considerando que a Diretora Geral, Neira, não pôde participar da reunião no dia 07/05/2020, Luiz Carlos se reuniu com ela através de videoconferência no dia 08/05/2020 e apresentou um resumo das deliberações do dia anterior do comitê constantes do tópico 1 desta ata. Comunicou à coordenadora a necessidade de se deliberar sobre a composição do comitê; sobre o processo de homologação dos módulos e sobre os responsáveis pelos módulos.

DELIBERAÇÕES:

- **Composição do comitê:** deliberou-se que será acrescido ao comitê gestor (PORTARIA TRT7.GP 95/2020) a servidora Ana Cristina Almeida Pereira Nogueira - Diretora da Divisão de Pagamento de Pessoal, pela servidora Thais Evangelista Fernandes Brito, Diretora da Divisão de Saúde e pela servidora Flávia Regina Cardoso Mendes Bezerra. O pedido será feito à presidência através do PROAD 100/2015.

- **Processo de homologação do sistema:** o processo de homologação será conduzido pelos responsáveis pelos módulos do programa SIGEP-JT, cabendo a eles as seguintes tarefas:

1. Homologar as versões disponibilizadas pela STI;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

2. Testar o sistema ou a nova versão em homologação, utilizando-se para tanto, de integrantes das equipes de suas Unidades;
3. Comunicar e capacitar, quando necessário, os usuários que serão beneficiados pelo novo sistema ou pela nova versão do módulo.
4. Enviar email ao comitê gestor informando sobre a conclusão do processo de homologação e sugerindo uma data para entrada em produção do sistema ou da nova versão.
5. Após aprovação pelo comitê, que poderá ser feita através de email ou de reunião, autorizar a STI a colocar o sistema ou a nova versão em produção.
6. Registrar chamados junto ao GNN do respectivo módulo, propondo correções de negócio ou melhorias no sistema.

- **Responsáveis pelos módulos:** a Coordenadora indica e o Comitê referenda os seguintes responsáveis pelos módulos do Programa SIGEP-JT:

MÓDULO	UNIDADE RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL ATUAL
PRINCIPAL - CADASTRO	Divisão de Informações Funcionais	Luiz Carlos Machado
AUTOATENDIMENTO	Divisão de Informações Funcionais	Luiz Carlos Machado
eSOCIAL	Divisão de Informações Funcionais	Luiz Carlos Machado
FOLHA WEB	Divisão de Pagamento de Pessoal	Ana Cristina Almeida Pereira Nogueira
GESTÃO DE ESTÁGIO	Divisão de Informações Funcionais	Luiz Carlos Machado
SAÚDE/PRONTUÁRIO ELETRÔNICO	Divisão de Saúde	Thais Evangelista Fernandes Brito
GESTÃO POR	Secretaria de Gestão de Pessoas	Silvia Cassia Saraiva Carneiro



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

COMPETÊNCIA		
PASTA FUNCIONAL	Comitê Gestor do PROAD	Neiara São Thiago Cysne Frota
GESTÃO DE PASSIVOS ADMINISTRATIVOS	Divisão de Pagamento de Pessoal	Ana Cristina Almeida Pereira Nogueira
GESTÃO ESCOLA JUDICIAL	Divisão Executiva da Escola Judicial	Flávia Regina Cardoso Mendes Bezerra.